

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.321 - SP (2019/0332265-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : PALMIRA DE PAULA ROLDAM
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVANTE : JOSE LUIZ FERRAZ
ADVOGADO : RICARDO TADEU STRONGOLI - SP208817
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ LUIZ FERRAZ contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que não admitiu o recurso especial defensivo.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado pelo crime previsto no art. 313-A do CP, tendo-lhe sido cominada pena privativa de liberdade de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, sob regime inicial semiaberto, e 16 (dezesesseis) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos – e-STJ fls. 519-543.

Em grau de apelação, o Tribunal de origem acolheu parcialmente a pretensão recursal defensiva para reduzir a pena-base, redimensionando a reprimenda definitiva para 3 (três) anos de reclusão, sob regime inicial aberto, e 15 (quinze) dias-multa. Substituiu, ainda, a pena privativa de liberdade por duas restritivas, consistentes em prestação de serviços comunitários e em prestação pecuniária correspondente a 5 (cinco) salários mínimos – e-STJ fls. 602-617.

Nas razões do recurso especial, a defesa reputou contrariado o art. 514 do Código de Processo Penal, ao argumento de que foi assegurada ao agravante a oportunidade de apresentar defesa preliminar. Suscitou, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 619-626).

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, com fundamento no óbice da Súmula 83/STJ (e-STJ fls. 717-720).

No agravo, a defesa reitera as alegações apresentadas no recurso especial (e-STJ fls. 722-732).

Instado a opinar, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 751-756).

É o relatório.

De plano, verifica-se que a insurgência não merece seguimento.

Isso porque o agravante, em suas razões, não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada.

A inadmissão do recurso especial no Tribunal de origem assentou-se na sintonia existente entre o acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte Superior, materializada, inclusive, na Súmula n. 330/STJ, segundo a qual *"é desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial"*.

Ou seja, o seguimento do recurso especial foi interrompido por força do

Superior Tribunal de Justiça

óbice da Súmula n. 83/STJ, que consolida o entendimento de que "*não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida*".

No entanto, o agravante deixou de rebater os fundamentos, limitando-se a reiterar os motivos apresentados no recurso especial, não tendo, pois, se desincumbido de seu ônus de refutar especificamente todas as razões, a fim de demonstrar a sua incorreção.

Destaque-se que, em esfera recursal, é necessário que a parte refute de forma direta todos os impedimentos apontados para a não admissão de seu recurso especial, explicitando os motivos pelos quais estes não incidiriam na hipótese em testilha, o que não se verifica *in casu*.

É assente nesta Corte o entendimento segundo o qual "*os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou à insistência no mérito da controvérsia*" (AgRg no AREsp 542.855/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015).

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 400 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O agravante deixou de refutar a incidência da Súmula 7/STJ aplicada na decisão que inadmitiu o recurso especial, o que atrai o impeditivo da Súmula 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

2. Ainda que ultrapassado tal óbice, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça entende que as disposições trazidas pela Lei n. 11.719/2008 são de cunho processual e, como tal, tem aplicação imediata, não atingido os atos processuais já realizados. Considerando que a realização do interrogatório dos acusados ocorreu antes da entrada em vigor do mencionado diploma normativo, que conferiu a atual redação art. 400 do CPP, não haveria que se cogitar de repetição do ato processual, como se verifica na espécie.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 332.978/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Igualmente:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ.

1. Não havendo impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que deixou de admitir o recurso especial, deve ser aplicado, por analogia, o teor da Súmula n. 182 deste Tribunal Superior.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1476119/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 28/10/2019)

Por tais razões, **não se conhece** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 34, VII, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator